

AS ARTES PLÁSTICAS EM SERGIPE DURANTE O PERÍODO DE 1968 A 1974

Lucas Dias Freitas¹ | Flávia Renata Menezes Souza² | Valdilene Nascimento da Silva³
Chayenne Torquata⁴ | Ricardo Ferreira⁵

História



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este artigo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica, com o uso da análise de conteúdo, para que se pudesse construir um conhecimento acerca das artes plásticas em Sergipe, durante o período em que a ditadura civil-militar no Brasil foi mais rígida e autoritarista, e como esta arte era influenciada nesse período. Mostrando a passividade do povo sergipano frente ao cerceamento da liberdade de expressão por meio das artes plásticas produzidas no período de 1968 a 1974 com a implementação do AI-5, o contentamento gerado pelo crescimento econômico do Estado tomou a vez das lutas pela redemocratização do país. Com isso as artes subversivas tiveram pouco espaço no estado sergipano, e as paisagens marinhas tomaram conta do conteúdo das artes plásticas de Sergipe. Os artistas plásticos sergipanos viraram as costas para a realidade e adquiriram voz frente ao oceano. Enquanto o Brasil lutava pela liberdade, o “Texas Brasileiro”, como ficou conhecido o Estado de Sergipe, aplaudia o crescimento econômico e bania a cultura do seu cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE

Artes Plásticas. Ditadura civil-militar. Liberdade.

ABSTRACT

This article was conducted through literature, through orality and content analysis to enable the construction of a knowledge of the fine arts in Sergipe during the most rigid and authoritarian period of civil-military dictatorship in Brazil, and how this art was influenced during this

period. Showing the passivity of Sergipe people before the curtailment of freedom of speech through the visual arts produced in the period 1968-1974. With establishment of the AI-5, the contentment generated by economic growth of the state took the place of the struggles for democratization of the country. With this subversive arts had little space in Sergipe state and had the focus diverted by seascapes. The artists of Sergipe turned away from reality and gained voice facing the ocean. While Brazil was fighting for freedom, the state of Sergipe, known as the "Brazilian Texas" was applauding economic growth and banning their everyday culture.

KEYWORDS

Arts. Military Dictatorship. Freedom.

1 INTRODUÇÃO

As décadas de 1961 e 1970 no Brasil foram de forte efervescência político-sócio-cultural. A batida da bossa nova no violão de João Gilberto e os acordes do piano do maestro Tom Jobim contrastavam com a violência de um regime ditatorial que se iniciava e que perduraria por mais de vinte anos. O manifesto de Caetano Veloso na música "É Proibido Proibir", inspirada até então nos grafites dos muros de Paris, denunciava o que estava por vir no Brasil: o AI-5, o mais duro dos 17 atos institucionais emitidos pelos militares no poder.

A partir daquele momento, mais precisamente 13 de dezembro de 1968, a canção do baiano destoaria do Ato Institucional número 5 e da Lei de Segurança Nacional. É permitido proibir, esta era a lei que vinha dos quartéis naquela fatídica sexta-feira para amordaçar artistas, jornalistas e civis contrários ao regime. Aliás, esta seria a máxima.

O teatro de Oficina com críticas à direita e desprezo ao dogmatismo da esquerda de José Celso Martinez Corrêa e a peça "O Rei da Vela", que possuíam ideias libertárias e ufanistas buscadas em Oswald de Andrade na década de 1930, contrastavam com invasões a teatros e as agressões a artistas, como aconteceu com os atores da peça "Roda Viva", de Chico Buarque de Holanda, em 1968. No cinema, Glauber Rocha criava o cinema novo com o lema "uma ideia na cabeça e uma câmera na mão", influenciando a criação do movimento tropicalista, que abrangia tanto a música com suas guitarras elétricas quanto as artes plásticas, com expoentes como Antonio Manuel, Artur Barrio e Cildo Meirelles, que levantaram seus pincéis contra os ditadores que ceifavam nos porões da ditadura vidas de brasileiros, que assim como esses artistas, eram considerados subversivos.

Para tanto, este artigo tem como mote investigar o panorama cultural de Sergipe por meio da produção das artes plásticas durante o AI-5, mais especificamente no período de 1968 a 1974. Nele, obras de artistas sergipanos produzidas durante o período serão analisadas, com o intuito de responder se a arte produzida no menor Estado da Federação durante os anos de chumbo era subversiva ou subordinada às oligarquias locais.

Diante da busca de uma resposta tão complexa, buscar-se-á acomodar as questões em

bases sólidas, fazendo-se uma explanação sobre o golpe civil militar no Brasil, no Estado de Sergipe, o que pode ser entendido como arte engajada ou subversiva, além do que é oligarquia e de como ela se posicionava no estado durante o regime. Sempre objetivando o acréscimo de informações acerca da construção cultural de Sergipe e, também, o estabelecimento de maior conhecimento a respeito das produções artísticas concebidas em um momento político e social adverso na história do Brasil.

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas que fundamentam toda a etapa referente ao sistema ditatorial implantado no Brasil e como este funcionou em Sergipe, assim como deu aporte à busca pela construção de conhecimento a respeito das artes plásticas no país durante o período da ditadura civil-militar.

2 GOLPE MILITAR NO BRASIL E O QUINTO ATO INSTITUCIONAL

Em 31 de março de 1964 é instituído no Brasil um golpe de estado que perduraria por 20 anos, o chamado golpe militar. Por ele, os poderes executivo, legislativo e judiciário foram ceifados por militares apoiados pela sociedade civil brasileira, insatisfeita e preocupada com os rumos que o Brasil e o mundo estavam tomando. Com a revolução cubana e o surgimento de extremistas da esquerda e da direita no Brasil, instaura-se uma onda de medo e euforia contra um suposto golpe socialista. A partir desse momento, a sociedade civil brasileira apoia os militares na deposição do então presidente João Goulart. Para tanto, é importante utilizar as palavras de Ronaldo Costa Couto para sintetizar e explicar o que foi o golpe civil-militar no Brasil:

Um ciclo politicamente marcado pelo autoritarismo militar, redução ou supressão de direitos constitucionais, repressão política, censura à imprensa, controle casuístico do processo político, esvaziamento do poder legislativo, limitação do judiciário e domínio arbitrário do poder executivo. (COUTO, 1999, p. 41).

A ditadura militar cerceou a liberdade de diversas áreas de atuação social, conquanto apresentasse o seu ápice no ano de 1968, com a instauração do quinto ato institucional, que frente às revoluções ideológicas as quais eclodiam no mundo e o surgimento da luta armada contra os militares no poder, fez-se necessário o decreto daquele quinto ato institucional, para que o exército continuasse no poder. Amparados frente a perseguições e penalidades a grupos ideológicos, que contrários e com composturas tidas como subversivas, geravam suposta falta de segurança pública ou atentados “contra a nação”.

A implementação desse ato foi também a institucionalização de uma tutela extremista e autoritária, que em seu conteúdo trazia: a proibição de atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política, o veto do direito de votar e ser votado, o dever de ter a liberdade vigiada, dava direito ao Presidente da República de decretar o confisco de bens, a suspensão da garantia de *habeas corpus* em ocorrências de crimes políticos que “atentavam contra” a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. E estabeleceu, sem máscaras e da forma mais clara, a censura prévia, que tinha a finalidade de controlar manifestações artísticas e culturais como peças de teatro, roteiros de filmes, livros a serem lançados,

o conteúdo de exposições artísticas, letras musicais e outros tipos de manifestações sociais.

Em Sergipe o golpe civil-militar era recebido de braços abertos pelas famílias oligárquicas e possuidoras de grandes porções de terra, mas por outro lado, o crescente movimento da esquerda no Estado o recebeu com incredulidade e manifestações populares. Na manhã em que o golpe foi anunciado, na capital de Sergipe, populares enchiam a Praça Fausto Cardoso em frente ao Palácio do Governo para ouvir o então deputado federal Eduardo Diniz, integrante da União Democrática Nacional (UND), que abriu discussões sobre a tomada do poder político pelos militares, logo sendo preso e causando mais indignação e revolta nos populares. Estes, em sua maioria estudantes e pertencentes às classes trabalhadoras e sindicalistas, buscando articulações e organizações contra o sistema político militar.

E novas prisões foram efetuadas até se manter a ordem entre os populares, como mostra o historiador sergipano Ibarê Dantas (1997). O grupo se manteve até o fim da ditadura civil-militar como contrário e ativo ao sistema político. Ibarê Dantas (1997) mostra que o mecanismo político e social do Estado de Sergipe, durante o período de 1968 a 1974, a tutela militar, foi dado de forma condescendente ao estado autoritarista, motivado principalmente pelo crescimento econômico que se deu nos anos de 1968 e durou até a primeira metade da década de 1970, despontando por meio destes a formação de uma sociedade pacifista, que voltou suas atenções para uma explosão econômica que permeou o período, e a população foi esquecendo a opressão e o autoritarismo que o país vivia. Isso tudo fica claro no fragmento textual produzido por Ibarê Dantas (1997, p. 151):

[...] essa acomodação com os padrões do sistema autoritário não se restringia apenas aos políticos. Junto com eles vários profissionais foram também adaptando-se aos novos tempos. A grande parte dos estudantes que participou das mobilizações de 1967/68 terminou seu curso e foi integrando-se em suas atividades profissionais e a militância foi ficando como coisa do passado, restrita a esquerdistas mais engajados [...].

Depois da implementação do AI-5, especificamente no início dos anos 1970, a mudança de foco a respeito da tutela militar foi notória, com uma maior aceitação na sociedade civil, mantendo-se, com pouca força, como única unidade subversiva a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e os grupos esquerdistas, vistos como algo que não serviam mais à população local. A imprensa sergipana demonstrou grande consanguinidade com o regime Civil-Militar, influenciando a sociedade sergipana a aderir a essa visão a respeito do regime. Citando Ibarê Dantas (1997, p. 141):

Apesar da presença da censura em vários momentos, não se pode dizer que o desempenho das emissoras radiofônicas, e, sobretudo dos jornais, deveu-se exclusivamente à orientação dos censores. Longe disso. Especialmente os dois principais matutinos, que circularam durante todo ou quase todo o período do domínio militar, mostraram em determinados momentos – um mais do que o outro – identificação com o regime autoritário.

O claro apoio é visto por meio da adesão dos proprietários de veículos de comunica-

ção (aristocratas sergipanos) a comportamentos políticos defendidos por militares. Apontando como exemplo os dois jornais matutinos mais populares da época, o *Diário de Aracaju* e o *Jornal Gazeta de Sergipe*, tendo como dirigentes o primeiro, Raimundo Luiz da Silva, e o último, o influente Orlando Dantas. Ainda segundo Ibarê Dantas (1947, p. 142):

O Diário de Aracaju, criado em dezembro de 1964, órgão da cadeia dos Diários Associados, pela própria orientação nacional trouxe consigo a marca registrada da sua tendência governista e visceralmente anticomunista. Aqui em Sergipe, quer sob a direção de Raimundo Luiz da Silva, quer de seus substitutos, sempre desempenhou o papel de órgão oficioso do regime militar, muitas vezes com fortes conotações direitistas.

A respeito do jornal *Gazeta de Sergipe*, que tinha como proprietário Orlando Dantas, político, industrial e jornalista sergipano, Ibarê Dantas (1997, p. 142) declara: “[...] Orlando Dantas, que havia sido propagador do socialismo com liberdade e cultor da democracia no Congresso Nacional nos anos cinquenta, depois de 1964, paulatinamente, foi-se revelando defensor do regime autoritário”.

A adaptação aos padrões do sistema autoritário, também, foi resultado do crescimento econômico da sociedade sergipana, quando Sergipe fica conhecido como “O Texas Brasileiro” por sua grande produção de petróleo e a abertura da Petrobrás no Estado, que gera um aumento do otimismo quanto ao crescimento econômico. A população apoia ou desvia as atenções com relação ao Militarismo:

[...] o Estado tinha despertado atenção por notícias exageradamente alvissareiras. ‘A descoberta do lençol de Caioba, na plataforma continental, seguida de Brejo Grande, próximo à foz do rio São Francisco, em 1970, (...) encheu de entusiasmo e euforia seus habitantes. As primeiras notícias diziam que o poço Caioba I, sozinho, poderia atender a todo o consumo nacional’. Sergipe foi chamado de ‘o Texas Brasileiro’. (DANTAS, 1997, p. 156).

Em um período em que os brasileiros lutavam para ter de volta a liberdade e sair de um sistema político autoritarista, a grande maioria do povo sergipano aderiu ao sistema político vigente no Brasil, em seu momento mais autoritário e cruel.

3 A ARTE ANTI-REPRESSÃO

Por meio dessa realidade política e social que o Brasil passava, a insatisfação do povo se manifestava nas artes em suas variadas formas, tendo em vista a arte com a seguinte importância:

[...] o conceito de que a arte é produto da sociedade e da cultura em que foi gerada. A arte e as questões que a cercam, como criação e criador, não estão condicionadas aos mitos do prodígio, do talento, como foram pensadas no

passado, mas encontram-se sob as premissas de sua origem, contexto e criadores, assim como observadores. (BUCHMANN, 2008, p. 44).

Nos encaixes desse conceito de arte como produto social, é possível observar que durante a ditadura militar houve diversas manifestações artísticas de cunho político, que protestavam contra a repressão e o autoritarismo gerados pela tutela militar:

O regime militar que tomou o poder no Brasil em 01 de abril de 1964 deparou-se, desde o primeiro momento, com a oposição da intelectualidade brasileira, e particularmente dos artistas da área do teatro, do cinema e da música popular. Sete meses depois da derrubada do governo João Goulart, estreava num obscuro teatro da rua Siqueira Campos, no Rio, o show Opinião, escrito e montado pelo mesmo grupo de escritores e artistas que dirigiam o Centro Popular de Cultura da UNE, extinto pelo golpe militar. Era a primeira manifestação pública de inconformismo com o regime autoritário, que atrairia contra si a rebeldia de dramaturgos, cineastas, poetas e compositores. (GULLAR, 2004, p. 56).

A arte subversiva existiu durante a ditadura militar desde seu início em 1964 com demonstrações claras de insatisfação quanto à nova forma política do país. Essa arte ecoou em quase todo o país com diferentes formas de expressão, sendo as mais marcantes, as manifestações da região sudeste do Brasil, por ser o local de maior atividade artística, tendo, também, um regime repressor mais atuante e autoritário, que não media esforços para calar e eliminar os artistas de cunho subversivo, como afirma Gullar (2004, p. 56):

Essa rebeldia se espalharia para todos os campos da atividade intelectual e brotaria nas diferentes cidades e capitais brasileiras, naturalmente de acordo com as possibilidades objetivas existentes em cada uma delas. No Rio e em São Paulo, como centros de maior atividade cultural e artística do país, a resistência intelectual foi mais atuante e, por isso mesmo, mais intensa também a ação repressora do regime. Inicialmente, essa ação se manifestou na proibição dos espetáculos teatrais e musicais, na censura a canções populares e filmes, alcançando mais tarde formas mais drásticas, que iam desde a suspensão das subvenções oficiais ao teatro, o sequestro e prisão de atores e atrizes, até os atos de terrorismo, como a colocação de bombas em casas de espetáculos.

A arte antirrepressão tomou vastos rumos em todas as suas nuances – na música, no teatro, no cinema, nos livros e poesias – sendo visto por muitos contemporâneos como o momento mais fértil da arte no Brasil. Mas a presente pesquisa debruça-se nas artes plásticas, definida pelo dicionário da língua portuguesa como as artes que se tornam visíveis por meio de elementos visuais e táteis, como linhas, cores, volumes e reproduzem formas de objetos pertencentes à ordem do real ou da imaginação humana. E estas também tiveram representações antirrepressivas e de cunho político, que clamavam a liberdade do povo brasileiro. É importante visitar o panorama produzido por Ferreira Gullar a respeito dessa arte plástica perturbadora e incômoda ao sistema político militarista no Brasil:

As artes plásticas, durante algum tempo, estiveram fora do foco

repressor do regime. Isto se devia a seu limitado raio de ação e ao baixo grau de participação, na vida política, dos artistas plásticos. Havia exceções, certamente, mas a natureza mesma da atividade do artista plástico, solitária e individualista, retardou sua reação ao arbítrio que a ditadura instaurara no país [...] Em junho de 1968, a sociedade carioca mobilizada promoveu a histórica passeata dos Cem Mil, que estimulou os demais setores da intelectualidade - inclusive os artistas plásticos - a participarem da resistência à ditadura. A repressão não se fez esperar. Exposições realizadas em Belo Horizonte e Ouro Preto foram invadidas pela polícia que delas retirou obras consideradas subversivas. A II Bienal da Bahia também sofreu a ação dos censores, que vetaram a exibição de várias obras de arte e submeteram a constrangimentos os organizadores do certame. Mas o ato repressivo que mais chocou a opinião pública foi desfechado contra uma exposição no Museu de Arte Moderna do Rio de artistas brasileiros selecionados para participarem da Biennale des Jeunes, de Paris. A censura oficial determinou o encerramento da mostra, alegando que as obras expostas eram ou de protesto contra o regime ou obscenas. Esta medida implicava a proibição do envio das obras à Bienal de Paris. A reação contra a censura foi imediata. A Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), então presidida por Mário Pedrosa, emitiu uma nota de repúdio ao ato do governo, afirmando que ele atentava contra "a criação da obra de arte e o livre exercício da crítica de arte". O documento recomendava a seus associados que se recusassem a participar do júri de certames artísticos promovidos pelo governo. A consequência disso foi a decisão tomada por muitos artistas brasileiros de boicotarem a X Bienal de São Paulo que se realizaria naquele ano (1969). (GULLAR, 2004, p. 56).

As informações *pueris* e a falta de produção científica referente ao período estudado no estado de Sergipe levou este estudo a perceber a falta de material sobre o tema "Arte subversiva", durante o regime civil-militar no estado de Sergipe, a qual se dá pela ausência de uma arte com esse viés político. Assim, foi possível detectar o nascer de uma arte que brota de um terreno árido e que bebe das mais diversas fontes, principalmente a marinha.

Além disso, como não notar a dependência de uma arte subsidiada por uma elite que paga e ao pagar também determina o que deve ser produzido pelo artista. A ausência de uma escola de belas artes ainda hoje no Estado é outro fator que ambos os entrevistados observam como preponderante para a não formação de artistas, técnicas, especificidades e uma imaturidade no desenvolver dessa arte.

A produção sergipana da época foi à produção de uma arte possível, uma arte que se descobria por meio de seus artistas subsidiados por uma oligarquia mantenedora, que ajudava a perpetuar o traço dos pincéis e o tom das tintas.

4 CONCLUSÃO

Por meio das pesquisas bibliográficas foi possível analisar que as artes plásticas em Sergipe estavam voltadas para outros conteúdos que não diretamente os de cunho político subversivo.

O teor do estudo revela que as artes em Sergipe acompanhavam ainda tendências e técnicas antigas, que ainda buscavam uma identidade. E dentro desse cenário não houve uma preocupação com a busca pela liberdade ou a retomada da democracia no país. E ao mesmo tempo a ditadura militar não se torna um problema para a população sergipana, que depositou esperanças no poder dos militares no Brasil, por conta do crescimento econômico que houve durante aquele período.

Durante o final da década de 1960 e início de 1970, a arte plástica sergipana reflete um povo dócil e sem maiores prerrogativas de crescimento ou de desenvolvimento cultural. Ao usar a arte como um produto social que reflete características socioculturais de um povo, vê-se uma condição de passividade quanto aos poderes que atuaram durante o período mais pesado e autoritário da ditadura civil-militar. As classes que se utilizam da liberdade de expressão, para produzir e ter uma utilidade social buscam em outras áreas da vida humana a liberdade frente à repressão política e social que o país enfrentava. A natureza foi o foco de libertação e onde tais artistas conseguiram liberdade de atuação e voz.

A arte plástica sergipana buscava uma beleza estética quando o país estava no início da arte contemporânea, formas e a estética são desprezadas e a subjetividade e o olhar do artista e do público são o principal foco de ação, e a arte não é apenas um meio de passar a beleza das formas, e sim uma maneira de identificar e mostrar situações sociais.

REFERÊNCIAS

ARTE NA ESCOLA. **Fórum**. Disponível em: <<http://www.artenaescola.org.br/forum/topico.php?n=198&f>>. Acesso em: 9 out. 2012.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm>. Acesso em: 20 out. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BUCHMANN, Luciano. **O conceito de arte e a metodologia da pesquisa**. Disponível em: <http://ppgav.ceart.udesc.br/turma1_2005/luciano/LUCIANO_BUCHMANN_CAP-3.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012.

CONTREIRAS, Helio. **Ai – 5: a opressão no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura** - Brasil 1964-1985. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GULLAR, Ferreira. **A censura às artes plásticas**. Disponível em: <<http://www.revistacontinente.com.br/index.php/component/content/article/1499.html>>. Acesso em: 13 out. 2012.

REIS, Daniel Aarao. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOVINO, Felipe. Driblando o sistema: um panorama do discurso das artes visuais brasileiras durante a ditadura. **ANPAP**. 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais – 21 a 26/09/2009 - Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/chtca/felipe_scovino_gomes_lima.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

Data do recebimento: 10 de dezembro de 2012

Data da avaliação: 2 de janeiro de 2014

Data de aceite: 13 de janeiro de 2014

1. Acadêmico em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: lucaasdiaas@gmail.com
2. Acadêmica em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: frindia@hotmail.com
3. Acadêmica em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: valdilenehtinha1@hotmail.com
4. Acadêmica em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: chayenne.torquata@facebook.com
6. Acadêmico em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: ricardo.ferreira.9066@facebook.com